

Escolas, comunidade e rede social

Mesmo a passo de tartaruga, pode ser que se percorram novos caminhos para a (re)dignificação da Escola Pública

Alguns textos publicados na edição de Maio da *Página da Educação*, como por exemplo, o editorial de José Paulo Serralheiro e os textos de Rui Trindade e Ariana Cosme, de Isabel Baptista e de Licínio Lima, desafiaram-me a alterar o assunto sobre o qual tinha pensado escrever. A tónica colocada, nos referidos textos, da necessidade de se promover um debate, sem preconceitos corporativistas, acerca dos múltiplos problemas da escola e do sistema educativo e de identificar os "andaimes" que permitam a reinvenção da escola, levaram-me a adiantar alguns rascunhos da minha reflexão sobre as potencialidades, mas também fragilidades e contradições, da constituição das Redes Sociais nos municípios portugueses.

Como julgo ser do conhecimento dos leitores, em 1997, foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de Novembro o Programa de Rede Social. Este Programa, que surgiu na sequência do ano dedicado à "erradicação da pobreza", procura otimizar a "secular e fecunda tradição de *entreeajuda familiar e de solidariedade mais alargada*" (preâmbulo) existente no nosso país, a partir do convite às instituições da sociedade civil, a intensificarem e a concertarem esforços em ordem à resolução dos problemas das comunidades e à melhoria da qualidade de vida dos residentes no município. Neste contexto, a rede social é definida como "um fórum de articulação e congregação de esforços, baseia-se na adesão livre por parte das *autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar*" (preâmbulo), que deve promover um trabalho construído na base das parcerias entre as entidades envolvidas no processo. Assumindo os princípios de subsidiariedade, da integração, da articulação, da participação e da inovação, o programa de rede social tem, genericamente, os seguintes objectivos: formar uma consciência colectiva sobre os problemas sociais, articular esforços entre os parceiros para o estudo dos problemas e respectivas respostas, otimizar as respostas locais para responder aos problemas, incentivar redes de apoio social integrado de âmbito local, contribuir para a cobertura equitativa do concelho em serviços equipamentos sociais e promover o planeamento estratégico. No que se refere ao modelo de funcionamento, a rede social assenta no princípio da parceria e no reconhecimento do valor de complementaridades, organizando-se a partir do Conselho Local de Acção Social (fórum de âmbito concelhio) e/ou de Comissões Sociais de Freguesia e/ou Inter Freguesias (fórum de âmbito de freguesia). Espera-se destes fóruns, o desenvolvimento de iniciativas integradas de desenvolvimento social com vista à diminuição dos problemas identificados no seu território. Os principais instrumentos de planeamento são o Diagnóstico Social Participado, e o Plano de Desenvolvimento Social. O primeiro documento visa a caracterização da situação actual do concelho, nomeadamente através do levantamento dos seus recursos e dos seus problemas; O segundo documento deve conter a definição das grandes linhas de desenvolvimento estratégico, que contemple as acções e os projectos prioritários a realizar para a resolução/remediação dos problemas identificados no Diagnóstico Social. Há algum tempo que acompanho o processo de implementação da Rede Social de dois concelhos do norte do país. Tenho-me interrogado sobre a importância deste programa na mudança pessoal e social dos seus actores e comunidades e, em particular, sobre os seus possíveis efeitos na mudança da escola e, em particular, na relação escola/comunidade. Dirá o leitor, a sua importância depende dos processos e práticas implementadas, pois já estamos fartos de resoluções, de decretos-lei bem (ou mal) intencionados e teoricamente bem arquitetados. Concordo, mas é hoje, mais do que nunca, necessário explorar todos os caminhos que possam levar à (re) dignificação da Escola Pública, mesmo que este caminho tenha que ser percorrido a passo de tartaruga. São múltiplas as entradas possíveis para a análise destas experiências. Por agora, fico-me com breves considerações gerais e instalando-me no confortável espaço das possibilidades.

[Continua na p. 33]